

Cabral não aceita mutilar Carta

Alton C. Freitas 23.11.89

O futuro ministro da Justiça, deputado Bernardo Cabral, tem entre seus planos o da luta contra qualquer tentativa de romper, quebrar ou mutilar a Constituição de 1988, inclusive no que se refere à mudança do sistema de governo. Cabral não aceita qualquer movimento para antecipar o plebiscito sobre o regime de governo do Brasil que, pela Constituição, está fixado para o dia 7 de setembro de 1993. O futuro ministro da Justiça não sabe qual o objetivo do Partido dos Trabalhadores (PT) ao anunciar a instalação de um governo paralelo, a partir de 15 de março.

Mas, lembra que esta iniciativa é válida para os países com sistema parlamentarista de governo como a Inglaterra, onde existe o chamado "governo da sombra".

Apesar da iniciativa do PT, Bernardo Cabral antecipa que pretende procurar os líderes do partido de Lula, dentro do objetivo do governo Collor de Mello de buscar o diálogo nacional. Ele antecipa também que, pelo menos no início, o governo de Collor de Mello terá que editar algumas Medidas Provisórias para garantir a execução de programas urgentes e emergentes.



Cabral não aceita qualquer movimento para antecipar o plebiscito sobre o regime de governo

Tairo Arrial,
da ATF

Como o senhor está encaminhando as negociações com os parlamentares para abrir as portas do Congresso às propostas e projetos que serão encaminhados pelo presidente eleito, Collor de Mello?

Os resultados que conquisei até agora foram favoráveis. O presidente Collor encarregou-me, através de uma delegação expressa, para o que nós dois convenciamos chamar de um amplo diálogo nacional. Esta conversa tem sido estabelecida com senadores e deputados e suas lideranças no sentido de, distanciada esta conversação de qualquer conotação político-ideológica, poderemos discutir sobre idéias e propósitos, lastreando com o programa de combate à inflação. A assessoria econômica do Presidente, que nos últimos meses já vinha desenvolvendo um trabalho, agora, na fase definitiva, está permitindo que se tenha algo de concreto para conversar com os parlamentares. Hoje pela manhã (ontem) conversamos com o líder do PFL, deputado Ricardo Fiuza que compareceu ao gabinete do presidente Collor a seu convite, e com o senador Carlos Chiarelli. Toda a troca de palavra teve como ponto fundamental o apoio às medidas que virão ao encontro das aspirações populares.

Não estão sendo oferecidos cargos em troca de apoio?



"Pelo menos no início do governo, Collor terá que editar algumas medidas provisórias"

De forma nenhuma. No governo Collor de Mello não há lugar para a chamada sociedade do "é dando que se recebe".

O senador Petrônio Portela foi um grande articulador político quando ocupava o cargo de ministro da Justiça. O senhor pretende inspirar-se no trabalho dele?

Tive a felicidade de ser conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) representando o conselho seccional do Amazonas. Nesta época convivi com o senador Portela e pude aquilatar o que valia a sua missão. Lembro-me quando ele chegou à sede da OAB, no Rio e disse que trazia a credencial, do então presidente da República, para conversar com as lideranças da sociedade civil. Isto me valeu, porque pude observar aquela altura, o que mais adiante, quando presidente da OAB pude desenvolver. E agora, com a felicidade de ser político por vocação, posso, após a indicação para ocupar o Ministério da Justiça, tecer comentários do que vale ou deixa de valer numa troca de pontos de vista.

O que significa isto?

E que uma missão desta natureza deve comportar duas vias. Na primeira, você estabelece quais os pontos de vista que serão debatidos com o seu interlocutor. Na segunda, você acolhe as sugestões para, quando houver uma conversa posterior, se chegar a uma conclusão final. De modo que, a missão Petrônio Portela no passado está servindo, para mim, de exemplo no futuro, porque foi com Petrônio Portela que se acabou a grande temática do Ministério da Justiça, que era a de ser o articulador político do governo. O presidente Collor de Mello retirará da Chefia da Casa Civil da presidência da República o status de articulador político. Será apenas uma função da mais estreita confiança do Presidente da República, mas voltada para o lado administrativo do Governo. O articulador político do Governo na área do Executivo será o ministro da Justiça. E na área do Legislativo, o deputado Renan Calheiros, como líder do Governo na Câmara e o futuro líder do Governo no Senado.

O senhor tinha a sua reeleição para a Câmara como certa, em outubro. Até mesmo a possível eleição para o Governo do Amazonas. Porque aceitou essa difícil missão de negociar um Governo de união?

AO longo da Assembléia Nacional Constituinte fui atacado e às vezes de forma violenta e virulenta, por uma certa imprensa, porque defendia, como defendi, a institucionalização da Zona Franca de Manaus no texto constitucional. Queria a manutenção da Zona Franca, assim como todos os ama-

zonenses, para que não houvesse mais a perplexidade por parte do empresariado e inquietação por parte dos trabalhadores. Lutei e consegui sair vitorioso. Acontece que estou notando que um certo órgão, e vou logo dizer o nome, o Confen (Conselho Federal de Entreprenses) está querendo mutilar a Zona Franca de Manaus. Não sei se teria uma reeleição tranqüila ou vitória para o Governo de Amazonas, mas ainda que fosse governador, senador ou deputado federal pelo meu Estado, é claro que com todo o peso de um mandato, não teria a força que terá um ministro da Justiça para ajudar o Estado do Amazonas. Estou consciente de que no eventual sacrifício de uma ambição pessoal, de eleger-me para um cargo no meu Estado, deveriam pesar, como pesou, os interesses da sociedade amazonense. E por esta razão aceitei o convite do presidente Collor de Mello que o fez anunciando à Nação a mais expressa delegação de autoridade, podendo eu, inclusive, nomear todos os cargos do Ministério dentro daquela confiança que ele me deposita.

Em 90 vamos ter novas eleições para os governos estaduais, renovação das assembleias legislativas e da Câmara e de parte do Senado. Esta eleição pode de alguma maneira prejudicar os planos do futuro Governo com a não aprovação de projetos por falta de quórum no Congresso?

A pergunta pode ter dupla resposta. De um lado sim, pode prejudicar, na medida em que o parlamentar finque pé, tenha uma posição já deliberada por antecipação, de fazer oposição ao Governo Fernando Collor. Isto é um lado, o lado que pode prejudicar. Mas há um lado que pode ser útil. Por exemplo: se o governo Collor de Mello apresentar, como o fará — até porque eu estou participando delas — medidas que venham ao encontro da realidade brasileira para sanar uma série de coisas que aí existem, o parlamentar vai pensar duas vezes, se poderá votar contra as mesmas.

Por quê?

Porque se no primeiro caso será fácil ele se opor, no segundo o eleitor brasileiro vai ficar atento para aquele que está votando contra medidas que beneficiam a sociedade. Por exemplo: no momento em que o presidente Collor de Mello baixou uma Medida Provisória com nítido propósito de combater a inflação, ainda que esta medida seja impopular porque não vem com o rótulo de demagogia, este parlamentar ficará marcado pelo eleitor se tomar uma atitude contrária à medida que visa, principalmente, a resguardar o bolso, não só do contribuinte, mas de todo o povo.

O senhor está antecipando que o presidente eleito Collor de Mello pretende valer-se da medida provisória para governar?

Bom, elas terão que ser feitas. Há uma reforma administrativa, se o governo Collor de Mello, numa medida de economia, de moralização e até de altivez e coragem, reduzir o número de 22 ministérios para 12, ele não poderá fazer isso, sem que seja através de uma medida provisória e logo no início de seu Governo, porque ele estará extinguindo o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento e criando o Ministério da Economia. Ele não pode, como presidente da República, fazer esta criação porque isto é da competência do Congresso, com sanção presidencial. Ora, como o assunto é urgente e emergente, só poderá ser feito atra-



"Collor não se envolverá nas eleições para governador do Estado em novembro"

vés de medida provisória. Mas posso assegurar que o presidente Collor de Mello não tem no seu objetivo de Governo, tomar de forma amíável o chamado instituto da medida provisória.

O governo Collor de Mello pretende aproveitar a eleição de outubro para apoiar candidatos aos governos estaduais e ao Congresso e assim montar uma boa base de sustentação?

Posso dizer com a autoridade de quem vai ser o titular da Pasta da Justiça e, portanto, a pasta política, que o presidente Collor de Mello não se envolverá nas eleições para governador de Estado. Ele quer a pacificação nacional, a união e não vai colocar a máquina administrativa, principalmente

seu prestígio pessoal, para percorrer o Brasil no intuito de eleger este ou aquele candidato a governador de Estado. E claro que o presidente Collor de Mello, no seu íntimo, haverá de ter preferência por um ou por outro candidato, sobretudo aqueles que o ajudaram na sua vitoriosa campanha. Mas a idéia dele, e posso torná-la pública, é de não se envolver nas próximas eleições.

Durante a Constituinte o senhor defendeu o sistema parlamentarista de Governo. Hoje, no Congresso, existe um movimento forte pela antecipação do plebiscito sobre o sistema de Governo. Na sua opinião, este movimento pode acabar aprovando o parlamentarismo ainda no Governo Collor de Mello?

Sou parlamentarista por convicção e ao longo de muitos anos, ainda quando estudante de Direito. Nos trabalhos da Constituinte, consegui na Comissão de Sistematização, aprovar o sistema parlamentarista de Governo que depois, no plenário, foi derrubado. Há um artigo nas Disposições Transitórias da nova Constituição dizendo que no dia sete de setembro de 1993, o povo será convocado para, em plebiscito, escolher o sistema e a forma de Governo. Se a Assembléia Nacional Constituinte, que era a maior força política representando o povo, não aprovou o sistema parlamentar, fazê-lo agora, através de Emenda Constitucional é iludir, rasgar, violentar o texto constitucional. Não concordo que se faça por antecipação aquilo que a Assembléia Nacional Constituinte fixou datas. Sou parlamentarista, votarei no plebiscito de 93 pelo sistema parlamentar de governo.

Como ministro da Justiça pretende trabalhar contra o movimento que quer antecipar a implantação do parlamentarismo?

Vou trabalhar como ministro da Justiça contra qualquer tentativa de romper, quebrar ou mutilar a Constituição promulgada em cinco de outubro de 1988.

Governo de união significa também uma aproximação com o PT de Lula. As feridas que ficaram da campanha ainda estão abertas. O senhor acha possível ao futuro Governo o diálogo, a aproximação com o PT?

Não há uma idéia de aproximação com o PT de Lula. Há a idéia de um amplo diálogo nacional, incluindo o Partido dos Trabalhadores até pelo respeito que esta agremiação partidária merece, tendo à frente o líder Luis Inácio Lula da Silva, que recebeu uma votação expressiva. Temos a nítida certeza de que, em sendo um partido de oposição, o PT não iria absolutamente se acoplar a esta ou aquela tentativa de se compor com qualquer que fosse o Governo. Agora, o que o Partido dos Trabalhadores na certa não obstaculizará, não impedirá é que haja este diálogo. E que, na qualidade de Ministro da Justiça, eu possa conversar com as lideranças do PT. Até porque se não o fizesse, estaria dando uma prova de indelicadeza com os colegas que compõem o Partido dos Trabalhadores na Câmara, com seus líderes e, inclusive, com o próprio presidente do PT. Porque não será apenas com o PT. Será também com o PDT, PC do B, com toda aquela frente oposicionista. A idéia do futuro Ministro da Justiça é a de manter este diálogo a fim de que toda esta plêiade de lideranças possa dizer que foi procurada, que a estes líderes foram mostrados os projetos que se quer levar de modo concreto à sociedade brasileira.

O PT está anunciando a formação de uma espécie de governo paralelo para fiscalizar o governo Collor. Esta iniciativa pode dificultar o diálogo?

O PT está tentando fazer uma espécie de cópia do Shadow Cabinet que é do parlamento inglês. É o chamado Gabinete da Sombra, o governo paralelo que é perfeitamente aceitável no sistema parlamentar de governo. Na Inglaterra, se usa este chamado "governo da sombra" porque no momento que cair o primeiro-ministro a oposição está preparada para assumir o governo. Ora, não é possível no Brasil se tentar fazer isto quando há um presidente eleito com um mandato fixo, o que não acontece no sistema parlamentarista porque, com a dissolução do parlamento cai o primeiro-ministro. Há uma diferença. Enfim, não sei qual é a postura que se pretende fazer neste instante, para se criar um governo desta natureza. Mas isto não é próprio para um sistema presidencialista.

Durante a campanha, o então candidato Collor de Mello levou ao Ministério da Justiça um amplo dossiê com denúncias de corrupção no atual Governo. Quando assumir o cargo, qual o encaminhamento que o senhor pretende dar a esses documentos?

O ministro Oscar Dias Corrêa, que ocupava o cargo quando o dossiê foi entregue, é um homem da maior seriedade e da maior respeitabilidade tanto moral como intelectual. Sua excelência largou o ministério logo após este episódio e talvez não tenha podido dar sequência. Não conheço este material. Quero dizer que não vou para o Ministério da Justiça com a idéia de perseguição. Não sou homem de guardar no meu coração mágoas, ressentimentos. Quem assim procede está sempre de mal com a vida. Acho que o Ministro da Justiça que assumir aquela pasta sem ter a postura, a compostura, a dignidade para o cargo, pensando em mesquinhez ou em revanchismo, estará perdendo seu tempo deixando de fazer o que poderia realizar pela Nação. Agora, é claro, por outro lado, que se vier ao conhecimento do Ministério da Justiça, assuntos que tenham nítida comprovação de irregularidades administrativas, de crimes cuja aparência está demonstrada, de ilícitos e aí vamos fazer a abrangência chamada ilícitos penais e administrativos, é claro que o Ministério da Justiça encaminhará ao Ministério Público e este por sua vez, como dono da ação penal, tomará as providências necessárias. E depois, o próprio Poder Judiciário terá a sua palavra final.

Esta posição vale também para a "Operação Pega-Ladrão" anunciada pelo assessor de imprensa, Claudio Humberto?

Se houver uma operação pega-



Enquanto houver a injustiça social, não vamos poder impedir pessoas de cometerem violência

ladrão ela será feita pela Polícia, mas nunca pelo Ministro da Justiça como pessoa física ou como titular da instituição.

Como o senhor pretende combater a violência e a indústria do sequestro?

Este é um problema difícil. A violência que campeia as cidades e que alguns técnicos dizem que é fruto da falta de moradia, da falta de escola, da falta de emprego, da própria subsistência dificultada, eu entendo que estes são fatores que podem gerar violência. Mas a violência tem a sua raiz fincada e profundamente fincada na injustiça social. Enquanto você não arrear a injustiça social que grassa pelo País — e veja que no governo Juscelino não havia esse tipo de violência — nós não vamos impedir que certas pessoas cometam violência nas ruas. Agora, o sequestro é um pouco diferente. Essa indústria do sequestro já está sendo de forma dolosa. O crime é cometido já com idéia fixa para atingir determinado objeto. Acho que isso deve merecer por parte do Governo uma atenção especial, inclusive, não só com o grupo anti-sequestro que hoje existe, mas com novos equipamentos e, se possível, uma legislação que agrave a pena neste tipo de sequestro.

Muita gente diz, hoje, que a Polícia prende e a Constituição manda soltar. Concorda com essa colocação?

De forma nenhuma. A Constituição apenas permite que ninguém seja preso senão em flagrante delito ou por órgão ou autoridade judiciária competente. Em nenhum instante, a nova Constituição promulgada em 88 protege o bandido. O que ela faz, sim, é resguardar a liberdade de cada indivíduo. Você não pode estar sendo submetido ao guarda da esquina, sendo um homem de bem e digno, e ser preso. Mas, o cidadão que comete um ilícito administrativo, um ilícito penal e que a autoridade judiciária determinar a sua prisão, não há como ele escapar dela. E, se estiver cometendo um crime em flagrante, qualquer pessoa do povo pode prendê-lo. De modo que a Constituição de 88 é absolutamente correta neste particular. Isto foi uma invenção que se fez. Criou-se esta fantasia de que a Polícia prende e a Constituição manda soltar, quando isto não acontece. E pena que ainda não se tenha dado no País inteiro, continuidade a um artigo que existe nas Disposições Transitórias da Constituição mandando que, nos Estados, a Imprensa Oficial faça a publicação do texto da Constituição em exemplares para serem distribuídos gratuitamente. No momento em que a grande maioria do povo conhecer o seu texto, esta grande maioria vai

se orgulhar da Constituição de 88.

Na sua missão em busca de um governo de união, o senhor vai reunir-se na próxima semana com a OAB. E a entidade está dizendo que com o senhor conversa, mas que não sentará ao redor da mesma mesa com o presidente eleito. Isto não é uma dificuldade para o diálogo?

Não. A Ordem dos Advogados do Brasil na época da repressão aguda foi a entidade civil que mais serviço prestou à Nação. Não só por ter sido presidente da OAB é que vou procurá-la. E por este respeito que a Nação inteira deve a uma instituição como esta, que foi baluarte na derrubada da ditadura de Vargas e foi mais ainda, a portavoza da sociedade brasileira na volta ao Estado de Direito. A OAB não se senta à mesa com o presidente Collor de Mello porque jamais sentou-se à mesa com qualquer político que estivesse chefiando a Presidência da República. Eu mesmo não o fiz quando exerci aquela função. Evidentemente que com o seu companheiro, com o seu colega de classe, vai conversar. Até porque, a OAB será um dos veículos que verei procurar sempre, para que possamos, juntos, trazer para a Nação, melhores dias, apontando caminhos e indicando soluções.

Porque é tão difícil escolher o futuro Ministro da Economia?

Não é difícil. É que o presidente Collor está escolhendo os seus ministros da forma mais racional, correta e ponderada que é possível. Depois da minha escolha, ele balizou o que pretende para o ministério. Primeiro, um cidadão que tenha vivência política; segundo, respeitabilidade no País; terceiro, distanciamento de quaisquer conotações político-partidárias. Ele não está buscando apenas homens dentro do partido que o elegeu. E, por fim, pessoas que tenham credibilidade perante a Nação. Para escolher um nome na área econômica ele terá que escolher alguém que tenha respeitabilidade nesta área, livre trânsito. Com a extinção do Ministério da Fazenda e do Planejamento, esse homem vai ser um super-ministro que precisará estar afinadíssimo com o Presidente da República. A matéria está sendo amadurecida. O presidente eleito, Collor de Mello, não anunciará o Ministro da Economia talvez nem antes da sua próxima viagem ao exterior.

Como o senhor define alguns líderes políticos do País. Ulysses Guimarães?

Ulysses Guimarães é um homem cuja liderança dentro do Congresso e na Nação inteira é incomparável. Acho que Ulysses Guimarães não se compara, a gente separa.

Mário Covas?

Homem da maior seriedade. Fomos cassados no mesmo dia. Tive a honra de ser em 67 e 68, seu vice-líder na Câmara dos Deputados.

Luis Inácio Lula da Silva?

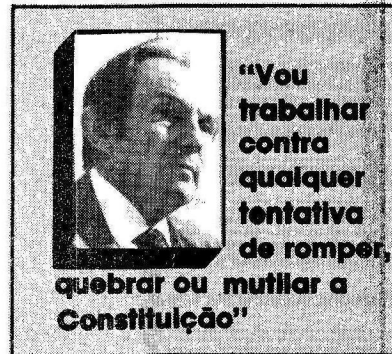
Tenho com ele o melhor relacionamento e como parlamentar ele se comportou sempre como homem do diálogo.

Fernando Collor de Mello?

Não teria como fazer um registro em derredor do presidente, porque seria até indispensável. Tendo ele me convidado para a Pasta da Justiça, eu não teria aceito se não houvesse um apreço recíproco.

Paulo Maluf?

Não tenho muito convívio, mas o que sei é que foi um bom administrador em São Paulo.



"Você trabalhar contra qualquer tentativa de romper, quebrar ou mutilar a Constituição"

Zélia Cardoso de Mello? Competente. Além disso, eficiente e muito responsável naquilo que faz.

Mailson da Nóbrega?

Tenho com ele o melhor relacionamento e tem sido, ao final do governo Sarney, o homem que procura equilibrar para que o País não caia mais ainda, quando já está indo para o abismo.

José Sarney?

No plano amistoso do convívio pessoal é um homem impecável. No plano institucional, o seu Governo foi, sem dúvida nenhuma, um Governo correto porque tive com as eleições presidenciais com a maior liberdade no nosso País. No plano administrativo, deixou muito a desejar. Foi uma pena.